

Técnicas de gestão e análise financeira;  
Instrumentos financeiros e comunitários;  
Preparação, elaboração e acompanhamento de programas  
e projectos de desenvolvimento, fontes de financiamento;

Os factores determinantes do comportamento humano nas organizações;  
O papel da formação no desenvolvimento dos recursos humanos;  
O binómio Administração-público;  
Relação jurídica de emprego;  
Princípios gerais do procedimento administrativo.

### 3 — Técnico superior de informática de 2.ª classe:

Estruturas básicas de informação;  
Planeamento e análise de sistemas de informação;  
Gestão de projectos informáticos;  
Sistemas de exploração e linguagens de programação;  
Sistemas de gestão de bases de dados;  
Desenvolvimento e manutenção de aplicações informáticas;  
Telecomunicações e redes de comunicação de dados;  
Segurança e privacidade da informação.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DA SAÚDE E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

**Despacho conjunto n.º 406/99.** — Pelo Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março, procedeu-se à definição de um novo sistema de apoio financeiro do Estado para o desenvolvimento de projectos de investimento em equipamentos para o tratamento e reinserção de toxicodependentes, tendo em vista garantir uma resposta integrada e racional adequada às necessidades do País, cumprindo-se, assim, o estipulado na Lei n.º 17/98, de 21 de Abril.

Se bem que se disponha hoje de um número de camas, quer em comunidade terapêutica, quer em clínica de desabilitação, capaz de dar cobertura às necessidades do País, em função dos objectivos fixados pela Lei n.º 7/97, de 8 de Março, o mesmo não se poderá dizer no que se refere a equipamentos destinados ao apoio e reinserção social de toxicodependentes, onde importa continuar a investir, especialmente nas zonas do País mais afectadas pelo problema da toxicodependência e da exclusão social da população atingida.

Assim, e tendo em vista promover e incentivar o desenvolvimento das respostas necessárias à natureza e às características da problemática da toxicodependência, envolvendo as instituições particulares sem fins lucrativos, a Ministra da Saúde, o Ministro do Trabalho e da Solidariedade e o Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro determinam, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março:

1 — O presente despacho conjunto fixa os requisitos a observar na celebração de protocolos de instalação entre o Estado, através do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT) ou dos centros regionais de segurança social, e as instituições particulares de solidariedade social, ou de qualquer outra natureza sem fins lucrativos.

2 — Os protocolos de instalação constituem o instrumento de apoio financeiro do Estado para o desenvolvimento de projectos em equipamentos para o tratamento e reinserção social de toxicodependentes, tendo em vista garantir uma resposta integrada e racional adequada às necessidades do País.

2.1 — A celebração de protocolos de instalação obedece às condições definidas no presente despacho conjunto e ainda:

- a) No que se refere aos equipamentos para tratamento, ao estipulado na Lei n.º 17/98, de 21 de Abril;
- b) No que se refere aos equipamentos de reinserção social de toxicodependentes, ao estipulado nas Portarias n.ºs 7/81, de 5 de Janeiro, e 138/88, de 1 de Março, com as alterações constantes do n.º 2.º da Portaria n.º 328/96, de 2 de Agosto, e na Portaria n.º 257/94, de 29 de Abril.

3 — A celebração de protocolos de instalação para equipamentos destinados ao tratamento e reinserção social de toxicodependentes, em que estejam interessadas instituições particulares de solidariedade social, ou de qualquer outra natureza sem fins lucrativos, fica sujeita à verificação das seguintes condições, pelas direcções regionais do SPTT ou pelos centros regionais de segurança social:

- a) Estar assegurado que o equipamento, objecto de protocolo de instalação, corresponde e se adequa às necessidades que visa suprir, tendo em conta as respostas dadas por outras entidades públicas ou privadas, considerando os critérios técnicos e as prioridades estabelecidos;
- b) Estar assegurado que a instituição interessada se responsabiliza, formalmente, pela disponibilização do terreno ade-

quado à construção do equipamento e seus custos, se existirem, pelos custos do programa preliminar e projectos, bem como pela comparticipação financeira que lhe caiba no custo total do investimento;

- c) Estar assegurado que, sem prejuízo da dignidade e funcionalidade dos equipamentos a construir, os respectivos projectos, pelas suas características e dimensões, pelos materiais a utilizar ou por quaisquer outros factores, não apresentem evidências luxuosas, ostentatórias ou de sobredimensionamento;
- d) Estar assegurado que o projecto reúne condições que permitam obtenção de licenciamento, nos termos da legislação aplicável.

3.1 — A celebração de protocolos de instalação deve ser precedida de estudo sócio-económico-financeiro, incidindo, nomeadamente, sobre os seguintes aspectos:

- a) Avaliação da capacidade da instituição para o desenvolvimento do projecto que se propõe desenvolver;
- b) Avaliação da adequação do projecto às necessidades da comunidade onde se insere;
- c) Avaliação da capacidade económico-financeira da instituição, tendo em conta as suas receitas e os apoios financeiros concedidos por outras entidades.

3.2 — Para efeitos da alínea c) do número anterior, a proposta a apresentar pela instituição interessada deverá ser acompanhada de orçamento que contemple as despesas a realizar e as receitas consignadas ao projecto proposto.

4 — As instituições que celebram protocolos de instalação para o financiamento de projectos ficam obrigadas a:

- a) Respeitar os preceitos legais aplicáveis à adjudicação de obras e aquisição de equipamentos;
- b) Não adjudicar a benefício da entidade a que qualquer dirigente da instituição esteja ligado por laços familiares ou nela detenham interesses.

5 — A comparticipação financeira no custo do investimento total dos equipamentos, objecto de protocolo de instalação, será ponderada caso a caso e de acordo com as disponibilidades orçamentais, pelas direcções regionais do SPTT ou pelos centros regionais de segurança social, não podendo ser superior a 80 % do seu custo total.

5.1 — A decisão sobre a comparticipação financeira e a fixação da respectiva percentagem dependerão das prioridades estabelecidas e da situação financeira das instituições a financiar.

6 — Os requisitos constantes do presente despacho não dispensam a observância das regulamentações específicas existentes relativas ao apoio financeiro do Estado.

29 de Março de 1999. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues*. — O Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Departamento Geral de Administração

#### Aviso n.º 8687/99 (2.ª série):

António José da Câmara Ramalho Ortigão, ministro plenipotenciário de 1.ª classe, cônsul-geral de Portugal em Joanesburgo — decreto de 16 de Abril de 1999 exonerando-o destas funções. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Maio de 1999. — O Director-Adjunto do Departamento, *Eugénio Carvalho Barata*.

#### Despacho (extracto) n.º 9440/99 (2.ª série):

Maria Fernandá Geracina Carvalho Simões, funcionária do Ministério da Administração Interna — despacho de 29 de Abril de 1999 transferindo-a para o quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, lugar criado e a extinguir quando vagar, de acordo com o n.º 6 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com efeitos a partir de 1 de Maio de 1999. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Abril de 1999. — A Directora do Departamento, *Ana Maria Marques Martinho*.